



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Arcos

Parecer Técnico IEF/NAR ARCOS nº. 56/2022

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2022.

PARECER ÚNICO					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: Olindo Corso			CPF/CNPJ: 131.983.008-00		
Endereço: Rua Lindolfo Chaves, 506			Bairro: Lava Pés		
Município: Bambuí	UF: MG		CEP: 38900-000		
Telefone: (37) 99827-2368	E-mail: ambiental@impactoltda.com.br				
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( ) Sim, ir para o item 3 ( X ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome: Licerdino Filho de Carvalho			CPF/CNPJ: 229.431.376-34		
Endereço: Rua São José, 295			Bairro: Triângulo		
Município: Dolores do Indaiá	UF: MG		CEP: 35610-000		
Telefone: (37) 99827-2368	E-mail: ambiental@impactoltda.com.br				
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: Fazenda Gerais			Área Total (ha): 756,2429		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 7.462; 7.463; 4.388; 7.573; 7.466; 7.461; 5.441; 7.631; 9.786			Município/UF: Dolores do Indaiá		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3123205-F5AC.68D1.23AA.4873.84E8.380A.A7C6.6190					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas		3.541 122,4290		Indivíduos Hectares	
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	3.541 122,4290	Indivíduos Hectares	23K	455430	7850722
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área		Especificação		Área (ha)	
Agricultura				122,4290	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)	
Cerrado	Área antropizada			122,4290	
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>					
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade	
Lenha	Nativa		107,79	m³	
Madeira	Nativa		285	m³	
<b>1. HISTÓRICO</b>					
Data de formalização/aceite do processo: 01/07/2022					

Data da vistoria: 13/07/2022

Data de solicitação de informações complementares: 13/07/2022

Data do recebimento de informações complementares: 26/07/2022

Data de emissão do parecer técnico: 03/08/2022

Durante a vistoria técnica foi verificado que na área requerida para intervenção há presença de indivíduos imunes de corte, sendo solicitado ao responsável técnico que fosse apresentado lista com os indivíduos protegidos (Documento 50319989) e mapa com a localização dos indivíduos protegidos (Documento 50319992).

## 2. OBJETIVO

O objetivo deste parecer é analisar a solicitação para corte de 3.541 indivíduos arbóreos nativos localizados uma área de 122,4290 hectares de pastagem, na propriedade Fazenda Gerais, município de Dolores do Indaiá/MG, com a finalidade de Agricultura.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O imóvel pertencente ao Sr. Licerdino Filho de Carvalho, denominado Fazenda Gerais, matrículas nº 7.462; 7.463; 4.388; 7.573; 7.466; 7.461; 5.441; 7.631; 9.786, localiza-se na zona rural do município de Dolores do Indaiá-MG, possui uma área total de 756,2429 hectares. A pecuária é a principal atividade desenvolvida no imóvel. A propriedade está localizada no Bioma Cerrado, e segundo o inventário florestal de Minas Gerais, o município de Dolores do Indaiá possui 23,05% de vegetação nativa.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3123205-F5AC.68D1.23AA.4873.84E8.380A.A7C6.6190

- Área total: 756,2429 ha

- Área de reserva legal: 37,9330 ha

- Área de preservação permanente: 46,9367 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 718,3021 ha

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

( X ) A área está preservada: 37,9330 ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 12 (doze), possuindo cômputo em área de preservação permanente, com fisionomia de transição entre cerrado e floresta estacional semidecidual, possuindo a presença de espécies de transição nas duas áreas.

- Parecer sobre o CAR:

Foi verificado que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel e análises de imagens de satélite. Cabe ressaltar que a área de Reserva Legal está abaixo dos 20% determinado na legislação ambiental e uma parte está computada em APP.

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O objetivo da intervenção, conforme requerimento é o corte ou aproveitamento de 3.541 indivíduos arbóreos nativos localizados uma área de 122,4290 hectares de pastagem, na propriedade Fazenda Gerais, município de Dolores do Indaiá/MG com o objetivo de implantar e facilitar o manejo de culturas anuais.

A propriedade vem sendo utilizada como pastagem ao longo dos anos, apresentando características de área antropizadas. A vegetação no local consiste de espécies herbáceas, arbóreas e arbustivas esparsas com predominância da espécie (*Eugenia dysenterica*) e Macaúba (*Acrocomia aculeata*).

A área objeto da supressão, será utilizada para a produção agrícola, decorrentes da introdução de culturas anuais.

Taxa de Expediente: DAE nº: 1401196112959 - Valor: R\$ 1.178,26 - Data de pagamento: 28/06/2022.

Taxa florestal: Lenha: DAE nº: 2901196114470 - Valor: R\$ 719,87 - Data de pagamento: 28/06/2022.

Madeira: DAE nº: 2901196115468 - Valor: R\$ 12.711,66 - Data de pagamento: 28/06/2022.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23121913

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa e Média

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não classificada

- Unidade de conservação: Não está inserida em nenhuma unidade de conservação ou zona de amortecimento.

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não está inserido.

- Outras restrições: Não há

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Atividades licenciadas: Não se aplica.

- Classe do empreendimento: Não se aplica.

- Critério locacional: Não se aplica.

- Modalidade de licenciamento: Não passível

- Número do documento: Certidão de não passível de Licenciamento Ambiental

#### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria para o processo em análise foi realizada no dia 13/07/2022 e também utilizando-se de imagens de satélite e de outras ferramentas de geoprocessamento.

O responsável pela consultoria ambiental acompanhou a vistoria na propriedade.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Plano

- Solo: Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico

- Hidrografia: O imóvel possui 3 nascentes que deságuam no Córrego do Buriti, afluente direto do Rio São Francisco, portanto o imóvel se localiza na CBH do alto Rio São Francisco.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: O bioma de em que está inserido a área é o Cerrado e conforme informado no Plano de Intervenção Ambiental e confirmado em vistoria, a área requerida para intervenção ambiental é composta de pastagem, sendo identificadas durante a vistoria espécies vegetais conhecidas como cagaiteira, macaúba, pau-terra, tamanqueiro, como as com maior predominância.

Na área foi observado a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, espécies descritas na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna, porém uma espécie da flora, conforme Anexo da Portaria MMA n. 443 de 2014 e espécies protegidas pela Lei nº 20.308 de 2012. As espécies que se enquadram nas legislações citadas são: *Handroanthus serratifolius* (Vahl) S. Grose (Ipê), *Caryocar brasiliense* Cambess. (Pequi) e *Handroanthus ochraceus* (Cham.) Mattos (ipê-amarelo). Ressalta-se que os indivíduos protegidos e ameaçados de extinção não foram requeridos para supressão.

- Fauna: No Projeto de Intervenção Ambiental é relatado que através de dados secundários a região apresenta indivíduos do grupo herpetofauna (rã, pererecas, lagartos, cobras), avifauna (cararás, sanhaços, tico-ticos, rolinhas, urubu-da-cabeça-preta), mastofauna (tatu-galinha, quati). No ato da vistoria foi observado apenas pássaros (carcará, tico-tico).

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional: Não se aplica

### 5. ANÁLISE TÉCNICA

- Foram inventariadas na área 3.541 indivíduos arbóreos. Dentes os indivíduos arbóreos inventariados e requeridos para intervenção não há espécie é protegida por lei ou ameaçada de extinção.
- A área requerida para intervenção ambiental é considerada área rural consolidada, pois se encontra formada em pastagem em data anterior a 22 de julho de 2008.
- Em análise ao PIA constatou-se que as informações ali constantes correspondem à realidade de campo.
- A espécies protegidas por lei e as ameaçadas de extinção não serão suprimidas.
- Quanto à destinação do material lenhoso, esse será aproveitado na forma de 107,79 m<sup>3</sup> de lenha nativa e 285 m<sup>3</sup> de madeira de floresta nativa.

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Dentre os principais impactos ambientais que serão gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção ambiental na área e no seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente podemos apresentar:

- Diminuição da diversidade florística, devido à retirada da árvore:

Medida Mitigadora: Delimitação da área de trabalho para que a supressão seja somente no local delimitado, assim não intervindo em outro local desnecessariamente. Acompanhamento de profissional habilitado para demarcação das árvores que serão suprimidas.

- Destruição de ninhos e/ou abrigos de fauna:

Medida Mitigadora: Antes de iniciar trabalho de supressão deverá ser realizada vistoria no local a fim de verificar a existência de ninhos ou tocas, bem como proceder a prévio afugentamento da fauna no local de supressão vegetal, utilizar técnicas e meios para afugentamento de fauna;.

- Contaminação do solo produzido pela má condução do equipamento de corte, derramamento de óleos e graxas oriundos do maquinário e descarte incorreto de lixo:

Medida Mitigadora: Utilizar condutores bem treinados, realizar a manutenção e calibragem do maquinário, coleta e disposição do lixo produzido.

- Erosão do solo devido a retirada da cobertura vegetal:

Medida Mitigadora: Realizar a intervenção em época de estiagem e implantação de bacias de acumulação e retenção de águas pluviais e partículas sólidas de solo que são carregadas pelas águas pluviais.

- Poluição Sonora produzida pelo motor do maquinário:

Medida Mitigadora: - Execução dos trabalhos no período diurno evitando que o ruído dos equipamentos prejudique a fauna existentes no entorno do local.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento 3.541 indivíduos arbóreos nativos localizados uma área de 122,4290 hectares de pastagem, na propriedade Fazenda Gerais, de propriedade de Licerdino Filho de Carvalho, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado Comercialização “in natura” e Uso interno no imóvel ou empreendimento.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	A Reposição Florestal deverá ser quitada antes da entrega da Autorização para Intervenção Ambiental	Antes da entrega da Autorização

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: André Phelipe Rodrigues da Silca  
CREA: MG 14.204.600-48

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:  
MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Andre Phelipe Rodrigues Silva, Gerente**, em 03/08/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50761244** e o código CRC **03C3EC11**.